



JORNADA DO CONHECIMENTO TCE-PI

LETRAMENTO RACIAL APLICADO AO SETOR PÚBLICO BRASILEIRO

Prof. Me. Mamadú Saido Djaló

Servidor do TCE-PI e membro do Comitê de Equidade Racial do TCE-PI

Graduado em Administração Pública pela UNILAB-CE

Mestre em Ciência Política pela UFPI

Doutorando em Políticas Públicas pela UFPI



1. NOTAS INICIAIS

1. Não é pretensão fazer história, mas refletir sobre ela e sobre os processos que se encontram na base da desinformação, do apagamento dos fatos, das assimetrias e das desigualdades sociais no Brasil e em particular no Piauí.
2. Reafirmamos a nossa presença aqui como parte integrante da sociedade brasileira e piauiense, não como estrangeiros.

Serra da Capivara

Primeiras ocupações do Piauí foram de povos africanos, revela Niède Guidon

🕒 14 de março de 2021 Última Atualização 14 de março de 2021

Carnaval Massa ▶



A arqueóloga Niède Guidon, nascida em Jaú, município de São Paulo, completa 88 anos neste dia 12 de março. Boa parte da vida foi dedicada à Serra da Capivara, um verdadeiro paraíso antropológico incrustado no Sul do Piauí, entre os municípios de São Raimundo Nonato e Coronel José Dias. Em entrevista ao *Jornal Meio Norte*, Niède revela dados relevantes sobre a chegada dos primeiros habitantes ao Piauí. **Ela afirma, com certeza, que os primeiros ancestrais dos piauienses vieram da África, através de processos migratórios.**

Ela conta que nunca pensou em ser arqueóloga. "A arqueologia que me procurou. Diversas circunstâncias da vida me levaram a trabalhar na área de arqueologia, no Museu do Ipiranga, mas eu não era arqueóloga... Então fui estudar para poder realizar meu trabalho", lembra.

Niède é formada em História Natural pela Universidade de São Paulo (USP), tem especialização em Arqueologia Pré-Histórica, além de doutorado e pós-doutorado. "Minha formação no Brasil foi excelente, formei em 1958. Tanto que quando fui me apresentar em Paris para estudar arqueologia, já que não existia nenhum curso dessa área no Brasil, consegui passar em primeiro lugar. A qualidade da formação francesa também era excelente, então só tive a ganhar", conta.

Em 1963, quando arqueóloga do Museu Paulista, Niède teve o interesse de desbravar estas terras. "Pessoas da região levaram fotografias de algumas pinturas rupestres daqui. Imediatamente vi a diferença delas com tudo o que era conhecido no mundo em matéria de arte rupestre. Nesse mesmo ano tentei vir conhecer a região, cheguei a Petrolina, para seguir de carro até São Raimundo Nonato e a chuva tinha levado a estrada e não foi possível continuar. Diferentes circunstâncias me levaram a viver na França e durante anos guardei aquela ideia de conhecer a região do sudeste do Piauí. Consegui voltar em 1970, a população local me mostrou alguns locais com pinturas e prometi voltar. Voltei em 1973 com uma pequena equipe, depois em 1975 e finalmente em 1978 vim como uma equipe franco-brasileira numerosa e começamos a escavar, entre outros o Boqueirão da Pedra Furada", recorda.



2. A PRESENÇA AFRICANA NA FORMAÇÃO DA SOCIEDADE PIAUIENSE



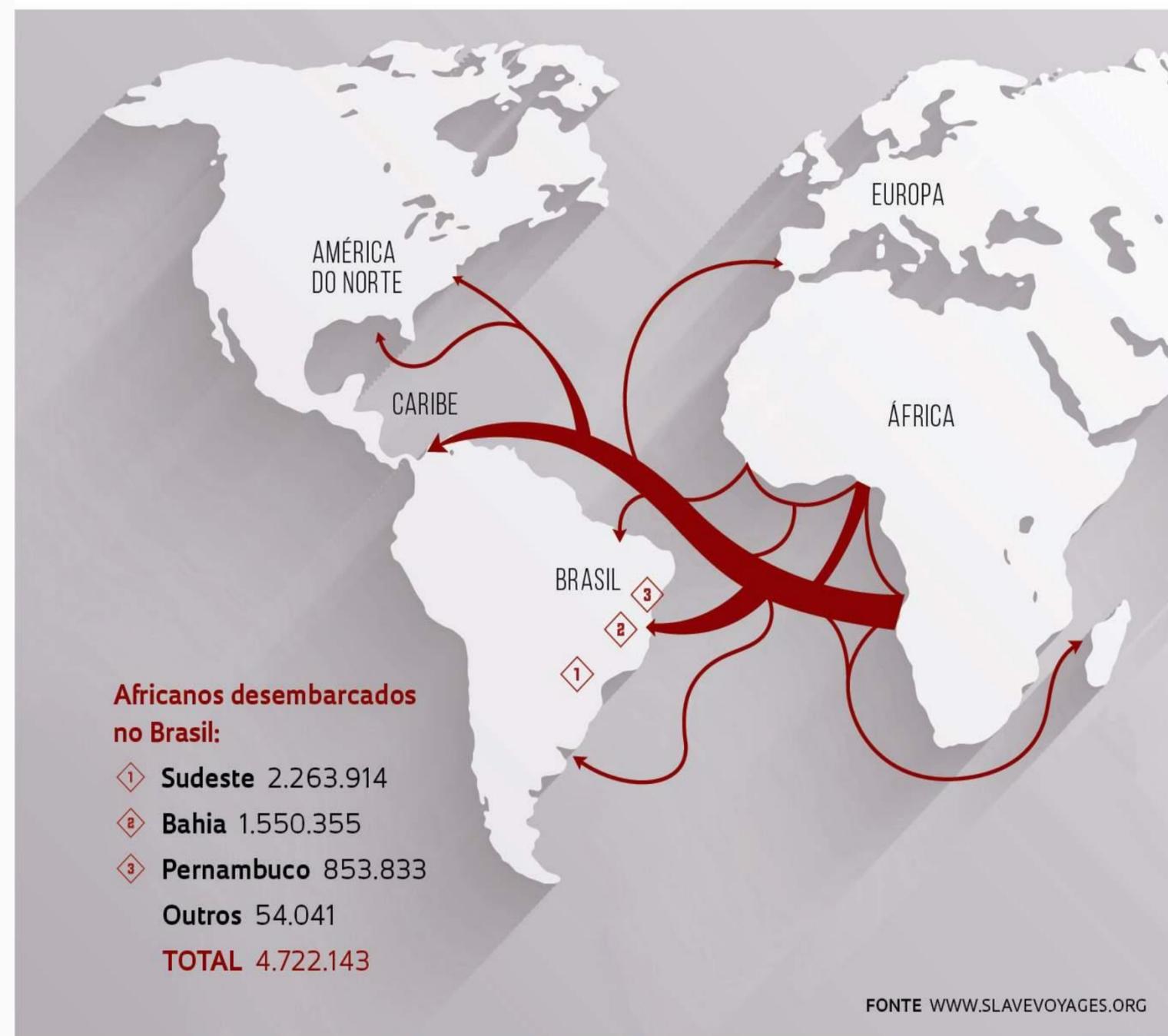
- A história sobre a presença dos povos africanos na formação do Piauí, assim como na formação da sociedade brasileira em geral, tem sido marginalizada e invisibilizada.
- Quando muito, se relatam fatos referentes a escravização de africanos e africanas e o processo de comercialização dos mesmos no Século XV.

- 
- Quando “bem-intencionados/as”, os intelectuais “valorizam” a presença africana no Piauí como mão de obra na construção de cidades e edifícios importantes, como Oeiras e a própria Teresina.
 - Além do trabalho braçal, referem-se também na influência africana que se manifesta na culinária (quiabo, fubá, pimentas), na língua falada no Piauí (palavras e expressões de origem africana), na Música, Dança, Religião, Capoeira, na Estética, entre outros.

1. O BRASIL FOI O PAÍS QUE MAIS RECEBEU AFRICANOS ESCRAVIZADO

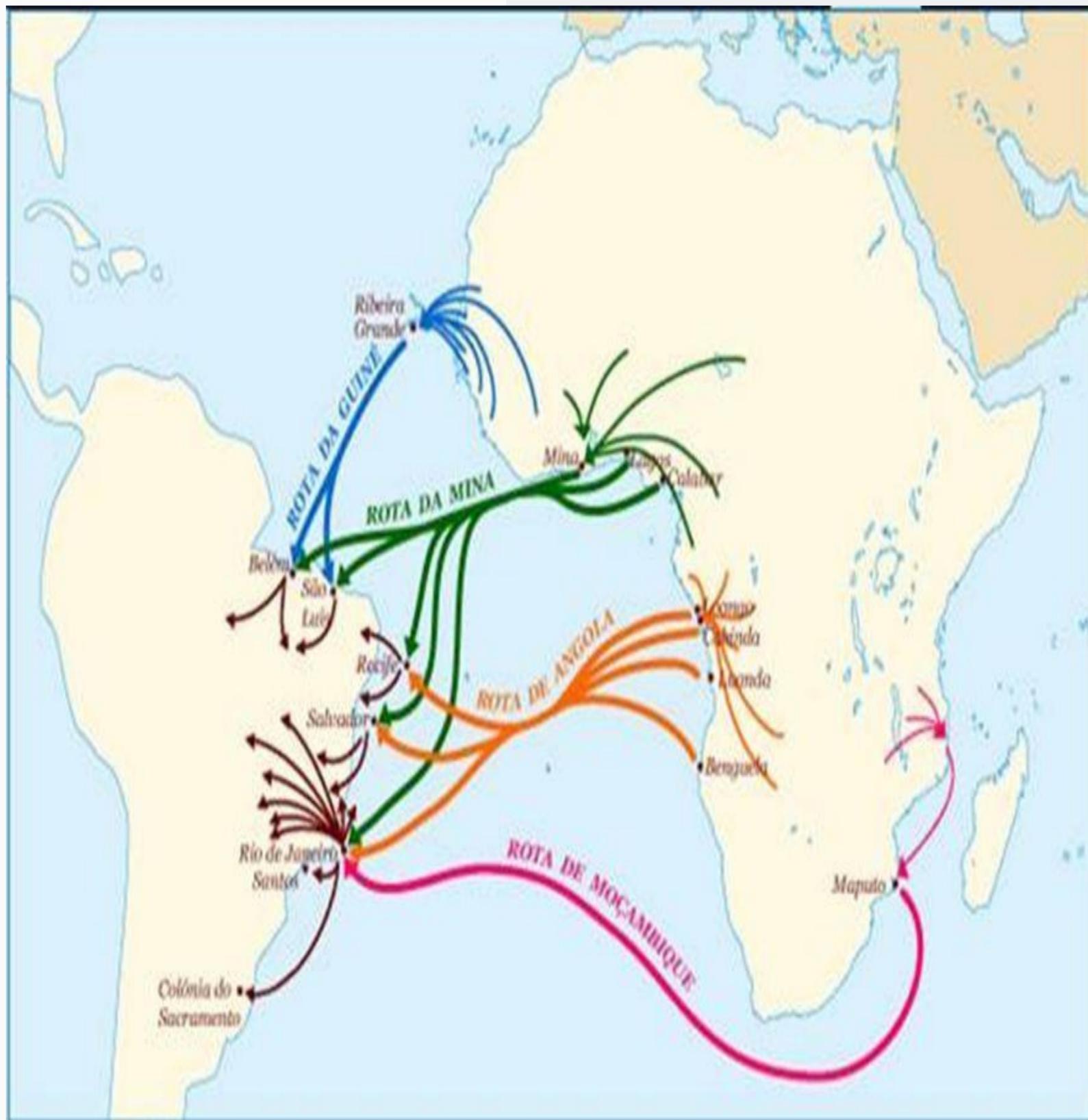
DIÁSPORA PELO MUNDO

Brasil recebeu 40% dos africanos expatriados



- Vieram para cá, no processo de exploração do mundo e depois como fruto do comércio triangular, os **melhores e as melhores filhos e filhas de África**, e trouxeram para o Brasil e para o Piauí, os conhecimentos e as habilidades que tornaram as regiões africanas tão desenvolvidas, antes da invasão dos europeus.

- Segundo Lima (2020), os primeiros habitantes das Américas e do Piauí foram os africanos, com vestígios arqueológicos na **Serra da Capivara, em São Raimundo Nonato**.



3ª Partia da África Centro-Occidental (hoje Gabão, Congo e Angola: Luanda, Benguela e Congo) para Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia, Pernambuco.

Eram povos: Bacongo, angola (Ambundu, Ovimbundu, Nganguela)

4ª Partia de Moçambique para Rio de Janeiro e São Paulo.

Eram povos: Banto do leste africano (Santos, 2017).

1ª Partia da Senegâmbia (hoje Senegal, Gâmbia, Guiné Bissau e Guiné Equatorial) para o Norte e Nordeste do Brasil (América portuguesa);

Eram povos: Hauçá, Acan e Ioruba;

2ª Partia da Costa da Mina (hoje Gana, Togo, Benin e Nigéria) para o Grão-Pará, para o Sul e para o Nordeste do Brasil (Bahia, Pernambuco);

Eram povos: Axântis, Hauçás, Igbos, Fulanis e Iorubas).

3. PÓS-ABOLIÇÃO E A CONSOLIDAÇÃO DA HIERARQUIAS RACIAIS

- Políticas públicas excludentes.
- Código Penal de 1890
- Lei de vadiagem de 1933
- A proibição de capoeira
- Perseguição de religiões de matrizes africanas, batuques, samba, etc;
- Controle e perseguição policial.



Jogar capoeira ou danse de la guerre
Fonte: Voyage pittoresque dans le Bresil. Rugendas, 1835.

TEORIAS RACIAIS E POLÍTICAS DE BRANQUEAMENTO NO BRASIL

Gênesis 9:20-27

**"FINALMENTE, A
MALDIÇÃO DE CAM
ESTARIA ENCERRADA".**

Pois, segundo essa interpretação, ser africano (negro) é
sinal de maldição.

Isso, para justificar a escravidão.



A redenção de Cam

Fonte: Espanhol - Modesto Brocos (1895). [https://www.edusp.com.br/mais/a-tela-a-redencao-de-cam-e-a-tese-do-branqueamento-no-brasil/\(opens in a new tab\)](https://www.edusp.com.br/mais/a-tela-a-redencao-de-cam-e-a-tese-do-branqueamento-no-brasil/(opens%20in%20a%20new%20tab))

BRASIL: O PARAÍSO DA DEMOCRACIA RACIAL?

- A Ideologia e o Mito da democracia racial;
- Uma lógica única: sociedade racialmente hierárquica, onde a cultura e os padrões brancos europeus são considerados superiores.

A ideia da democracia racial de Gilberto Freyre tinha um interesse econômico:

“é necessário que o velho se compatibilize com o novo”. De que maneira? “É necessário conservar as tradições [europeias] porque são as que mantem aquilo que o Brasil tem de melhor. A gente nunca precisou de Estado, nem de Modernidade e de Progresso para resolver nossos conflitos. Nós vivemos numa situação tão linda do negro que dança, que samba, que alegre, que é feliz. Do branco que manda, que ordena, que organiza, que governa”. Nós criamos uma dinâmica positiva. Isso é o que o Brasil tem de melhor.

“Isso precisa ser conservado! Então, se tiver que ter uma modernização no Brasil, ela tem que ser uma modernização conservadora, que conserva aquilo que nós temos de melhor, que é a democracia racial”.



Fotografia de soldados da Força Expedicionária Brasileira
Fonte: "O Jornal" (RJ), Jean Manzon, 1944.

A LUTA NEGRA E A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO COMBATE AO RACISMO E DA PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL

- **Lei Afonso Arimos (1951)**: primeira lei antirracista do Brasil, que tipificava o racismo como contravenção penal.;
- **CF/1988**: tornou o racismo um crime inafiançável e imprescritível, garantindo a punição para quem o praticar;
- **Lei nº 7.716/1989 (Lei Caó)**: criminalizou o racismo e estabeleceu punições para atos discriminatórios;
- Políticas de ações afirmativas: cotas raciais, concursos, e a promoção de igualdade racial na ADMP;
- Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) para a promoção da igualdade racial (2003);
- **Lei 10.639/2003 e 11.645/2008**: tornou obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígenas e dos países africanos em todas IES.
- **Estatuto da Igualdade Racial – Lei 12.288/2010**: garante direitos à saúde, educação, trabalho, cultura, lazer e políticas de reparação para a população negra e cria mecanismos para a implementação de políticas públicas específicas.
- **Lei de Cotas – Lei nº 12.711/2012**: Reserva vagas em universidades e institutos federais para estudantes de escolas públicas, com critérios raciais e sociais. Complementada pela **Lei 15.142/2025**, que garante 30% das vagas em concursos públicos federais para negros.
- **Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial – SINAPIR (Decreto 8.136/2013)**: organiza ações conjuntas entre a União, Estados e Municípios para políticas de combate ao racismo.
- **Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PLANAPIR)**: define diretrizes estratégicas para políticas de reparação, reconhecimento e valorização da população negra.

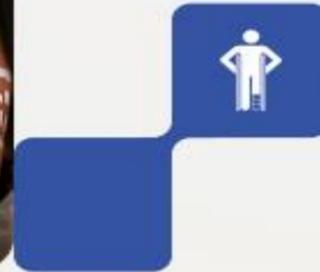
FISCALIZAÇÃO DE POLÍTICAS ÉTNICO-RACIAIS

1) Base constitucional e tratados internacionais (fundamento geral)

- CF/1988 – papel de controle externo (arts. 3º, 5º, 37 e arts. 70 a 75 sobre fiscalização/controlado externo pelos Tribunais de Contas).
- Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (ICERD) e a Convenção Interamericana contra o Racismo (ratificadas) - obrigam o Estado a adotar medidas e prestar contas sobre políticas de combate à discriminação.

2) Leis federais centrais

- Lei nº 12.288/2010 — Estatuto da Igualdade Racial (normatiza políticas públicas para promoção da igualdade racial; cria deveres estatais de promoção e monitoramento). — documento-base para políticas afirmativas e avaliação de serviços públicos.
- Lei nº 7.716/1989 (tipifica crimes resultantes de discriminação racial e prática de racismo — importante para qualificar irregularidades e responsabilização).
- Lei nº 10.639/2003 (ensino da história e cultura afro-brasileira) e Lei nº 11.645/2008 (inclui povos indígenas): impõem obrigações à rede pública — base para fiscalizações na educação com recorte racial.
- Lei nº 12.527/2011 — Lei de Acesso à Informação (LAI): fortalece transparência e disponibilização de dados (incluindo dados desagregados por raça/cor), instrumento essencial para controle externo.

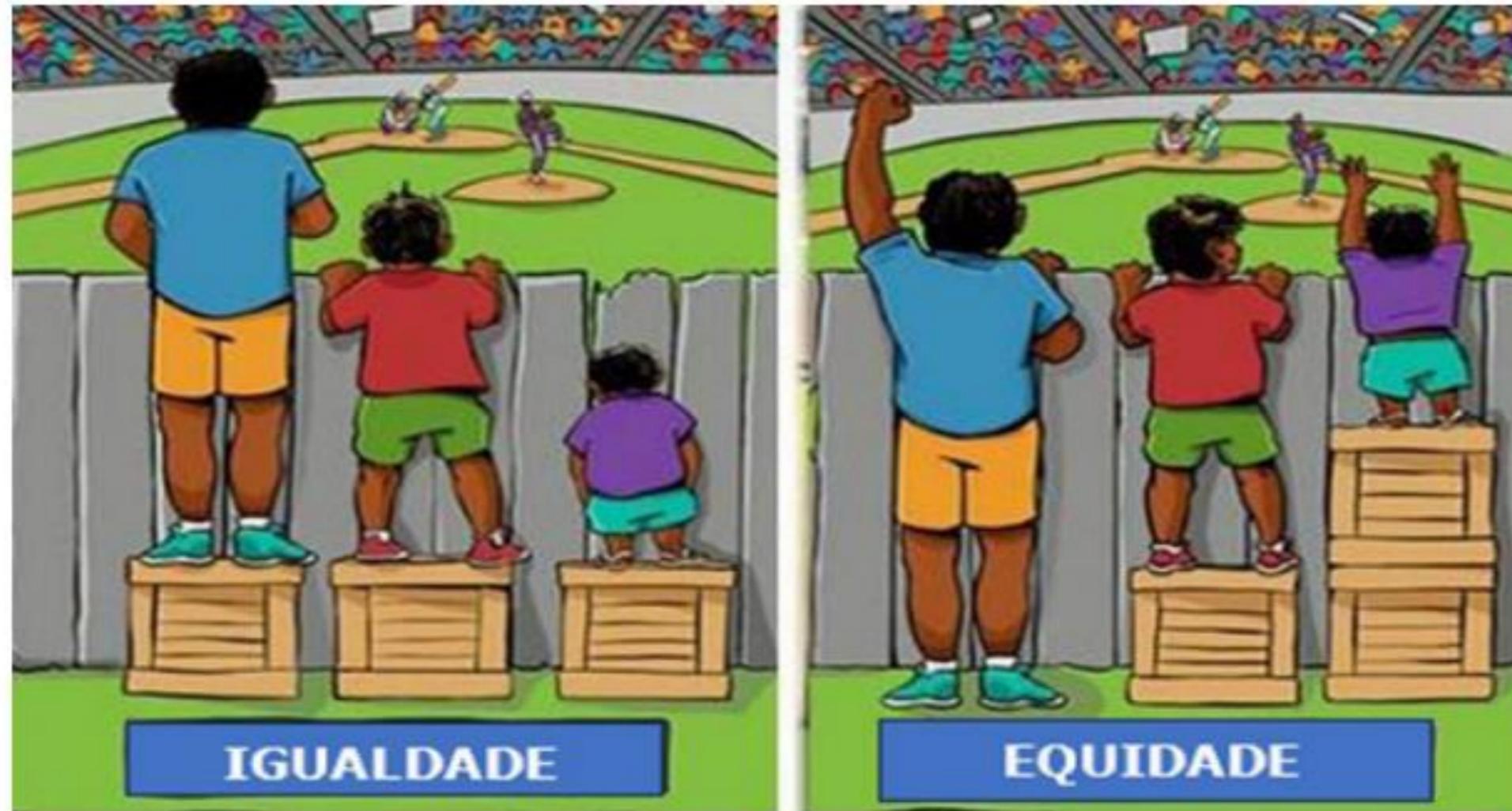


REFERENCIAL

O olhar do controle sobre a equidade em políticas públicas

IGUALDADE E EQUIDADE: DIFERENÇAS CONCEITUAIS

Figura 2 - Igualdade x Equidade



Concessão dos mesmos direitos para todas as pessoas, sem qualquer forma de discriminação

Tratamento diferenciado na concessão de direitos, considerando as diferenças individuais ou de grupos específicos

DIFERENTES MODALIDADES DE DESIGUALDADE E DE DISCRIMINAÇÃO

- Múltiplos marcadores sociais (raça, gênero, classe, território) geram experiências únicas de discriminação. Ex: uma mulher, negra e lésbica enfrenta “tripla intersecção”.

INTERSECCIONALIDADE

Figura 1 – Categorias que organizam os indivíduos a partir de alguns aspectos de diferenciação (interseccionalidades)



Fonte: Núcleo de Estudos Sobre Marcadores Sociais da Diferença da Universidade de São Paulo (NUMAS/USP).



PAPEL DOS GESTORES MUNICIPAIS

- Incorporar análise racial em programas municipais.
- Produzir e divulgar dados desagregados.
- Estimular participação cidadã e controle social.

GESTÃO PÚBLICA E LETRAMENTO RACIAL

- Diagnosticar barreiras de acesso a serviços e programas.
- Monitorar indicadores por raça/cor.
- Implantar ações afirmativas e garantir participação social.

A IMPORTANCIA DA ABORDAGEM DA EQUIDADE NAS FISCALIZAÇÕES

EXEMPLOS DE BOAS PRÁTICAS

1. Políticas de cotas em universidades federais.
2. Programa Brasil Alfabetizado – redução de desigualdades regionais.

Quadro 1 - Dimensões de desempenho sob a ótica de um programa de vacinação

Economicidade	Eficiência	Eficácia	Efetividade	Equidade
Se o gerente do programa adquiriu as vacinas mais baratas, mantendo os padrões de qualidade, o prazo de entrega e os outros requisitos estabelecidos, pode-se dizer que ele agiu de forma econômica.	O município A, com dez enfermeiros/as, vacinou 100 crianças em uma semana e o município B (com condições similares ao município A), também com dez enfermeiros/as, vacinou 120 crianças em uma semana. Pode-se dizer que o programa de vacinação do município B foi mais eficiente, considerando que os custos unitários dos insumos são os mesmos e todos trabalharam com a mesma qualidade.	Se o município tinha a meta de vacinar 200 crianças em um mês e a meta foi alcançada, pode-se dizer que o município foi eficaz.	Se, nos anos seguintes à vacinação, diminuiu a incidência de sarampo entre as crianças do município, pode-se dizer que o programa foi efetivo.	Se o programa incluiu ação para alcançar crianças que habitam em áreas onde o acesso ao serviço de vacinação é difícil, pode-se dizer que o gestor do programa buscou agir de acordo com o conceito de equidade.

DESIGUALDADES RACIAS NO BRASIL AO LONGO DO SÉCULO XX E INÍCIO DO SÉCULO XXI

Dados Censitários de categoria ENAP (2025)

Composição racial (EIR, 2010)

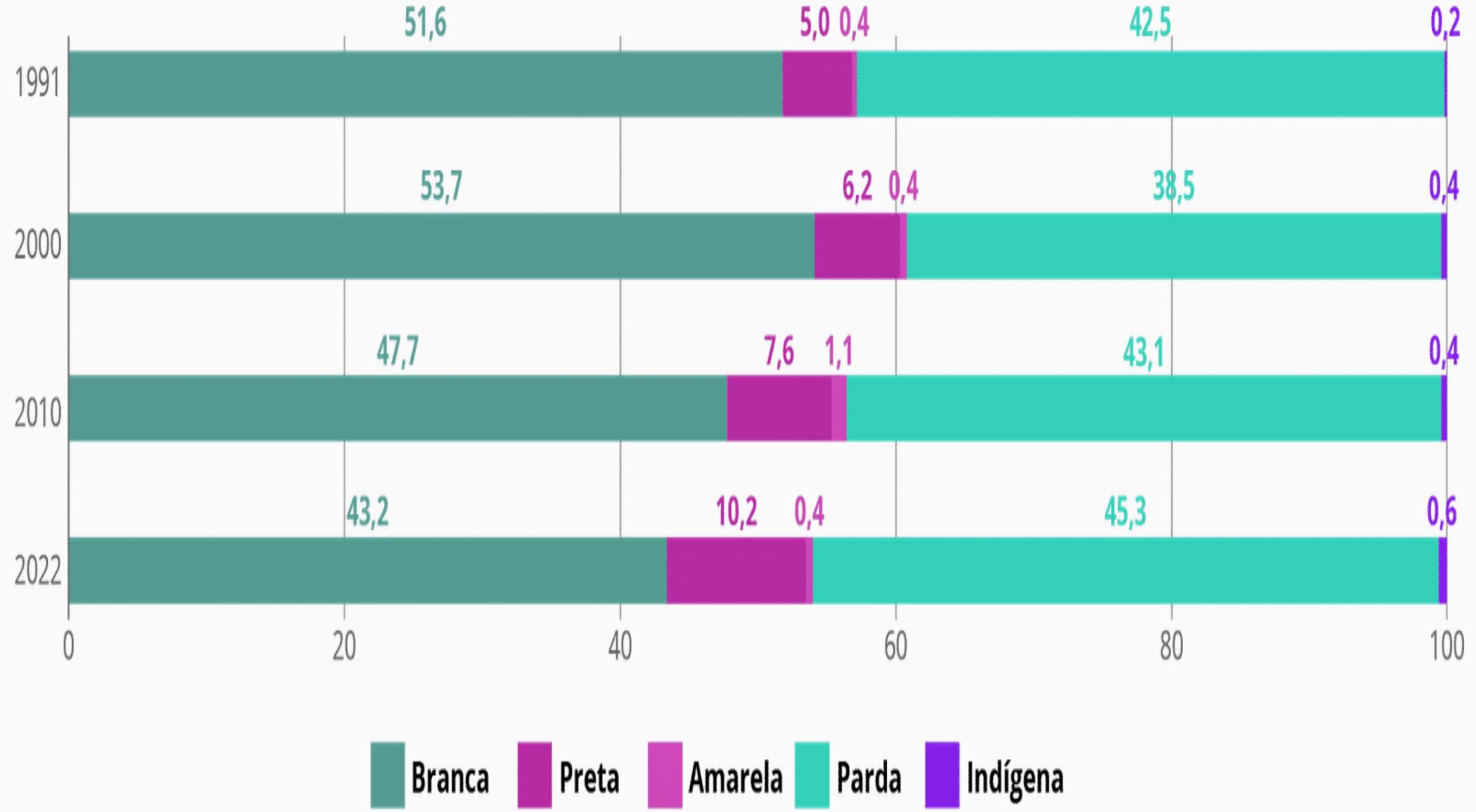
Ano do Censo	Categorias utilizadas
1872	Branca, Preta, Parda, Cabocla
1890	Branca, Preta, Mestiça, Cabocla
1900	Não foi coletada a informação
1910	Não houve Censo
1920	Não foi coletada a informação
1930	Não houve Censo
1940	Branca, Preta, Amarela
1950	Branca, Preta, Parda, Amarela
1970	Não foi coletada a informação
1980	Branca, Preta, Parda, Amarela
1991	Branca, Preta, Parda, Amarela, Indígena
2000	Branca, Preta, Parda, Amarela, Indígena
2010	Branca, Preta, Parda, Amarela, Indígena
2022	Branca, Preta, Parda, Amarela, Indígena

RAÇA	COR
Branca	Branca
Negra	Preto
	Pardo

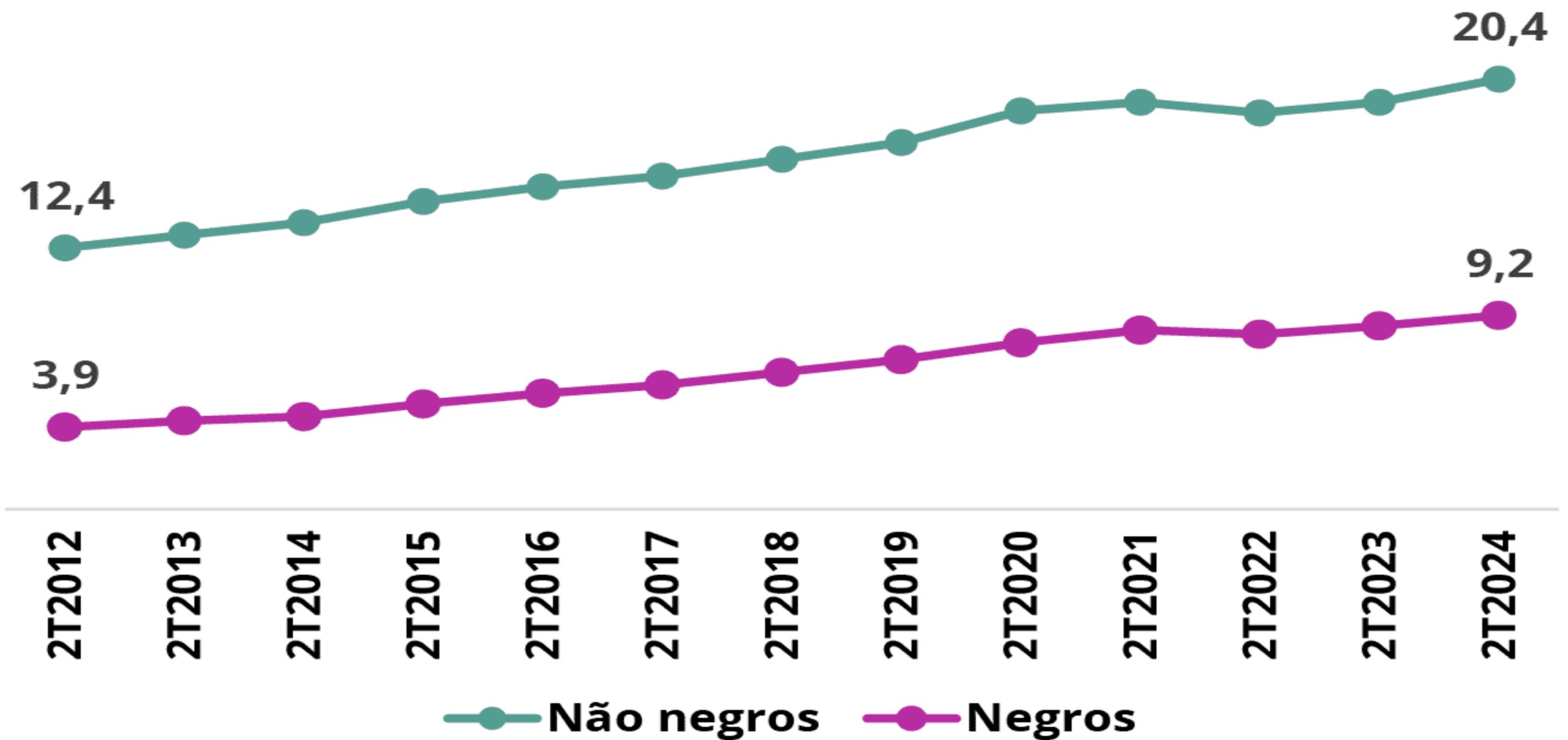
POPULAÇÃO NEGRA NO BRASIL, SEGUNDO O CRITÉRIO DO ESTATUTO DA IGUALDADE RACIAL (LEI N° 12.288/2010)



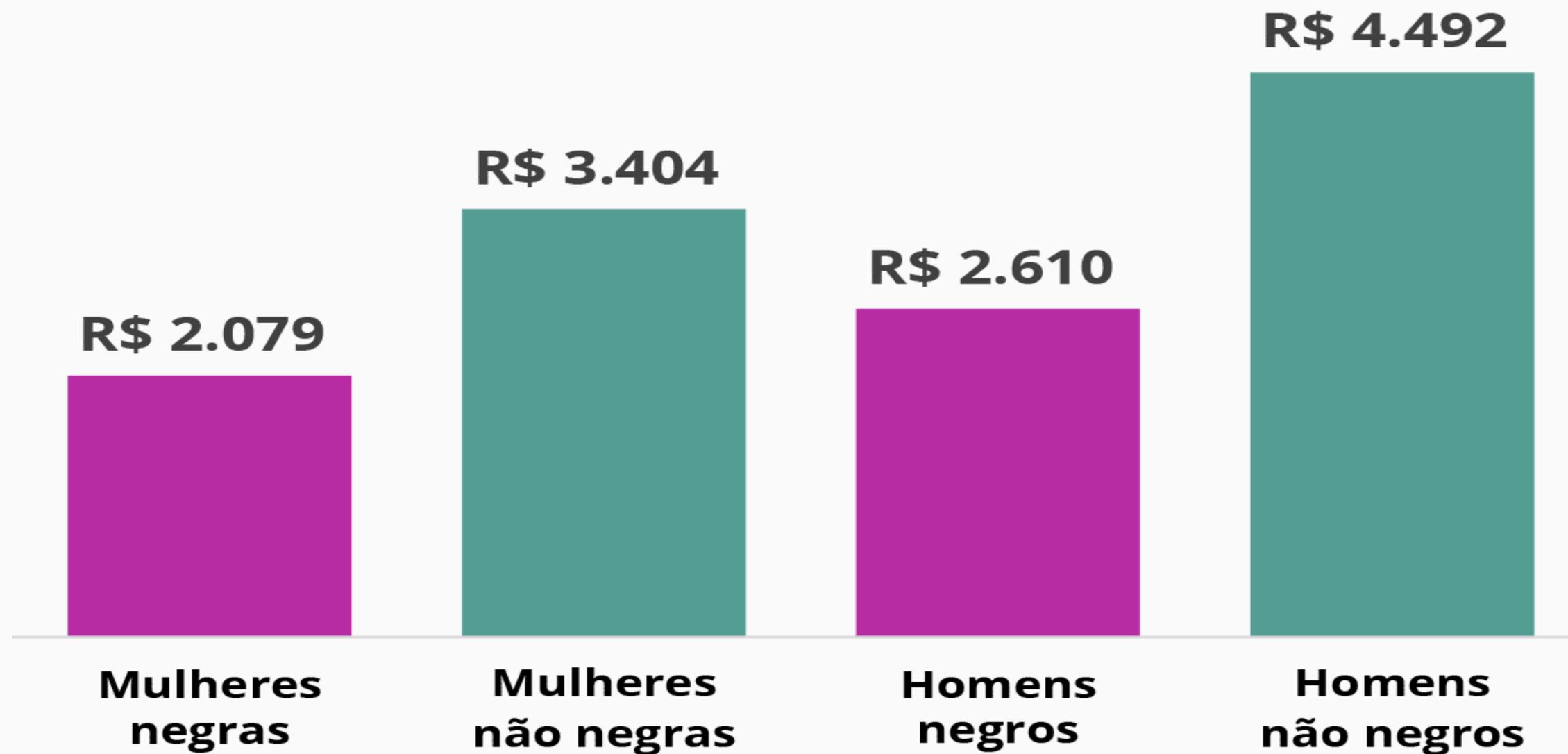
População brasileira nas últimas décadas:
ENAP (2025)



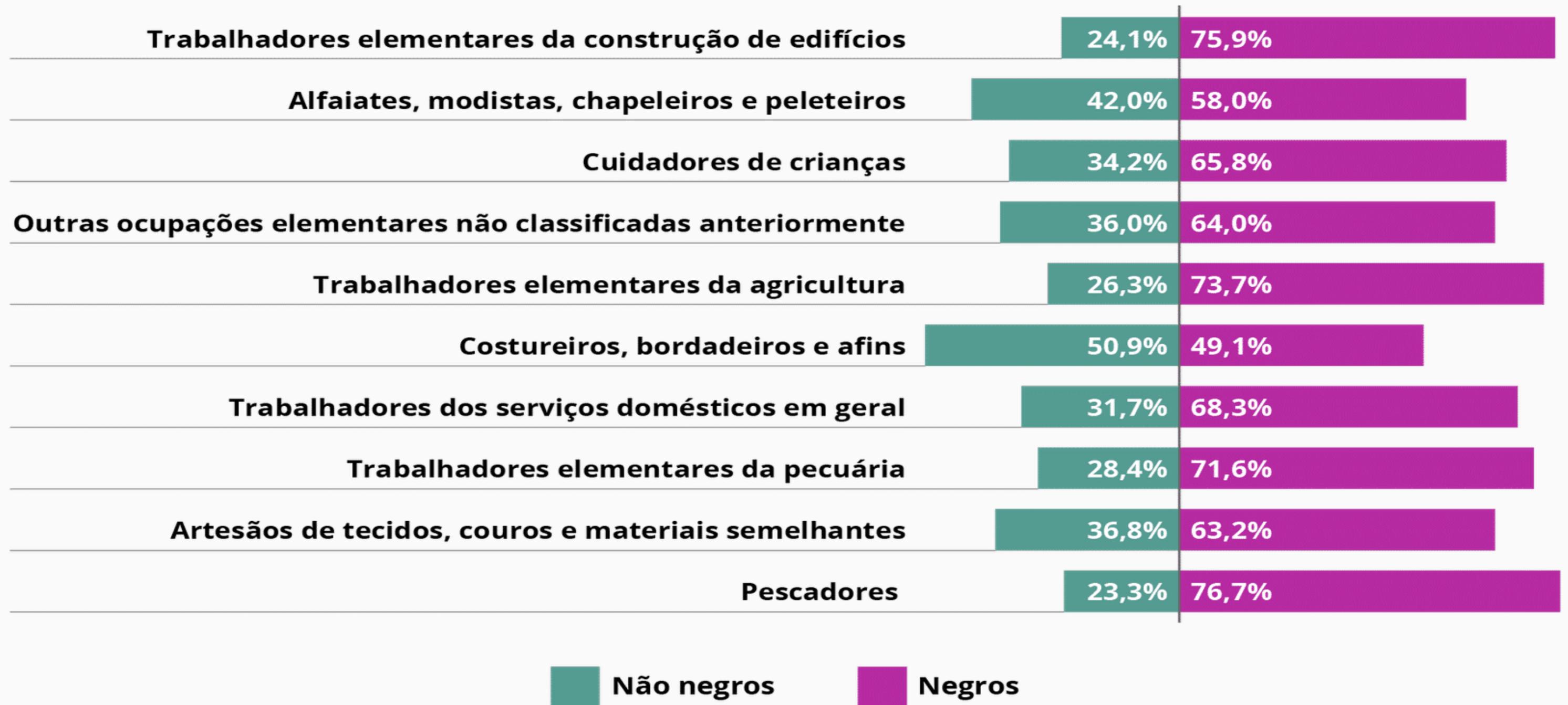
DESIGUALDADES RACIAIS NO CAMPO DE EDUCAÇÃO



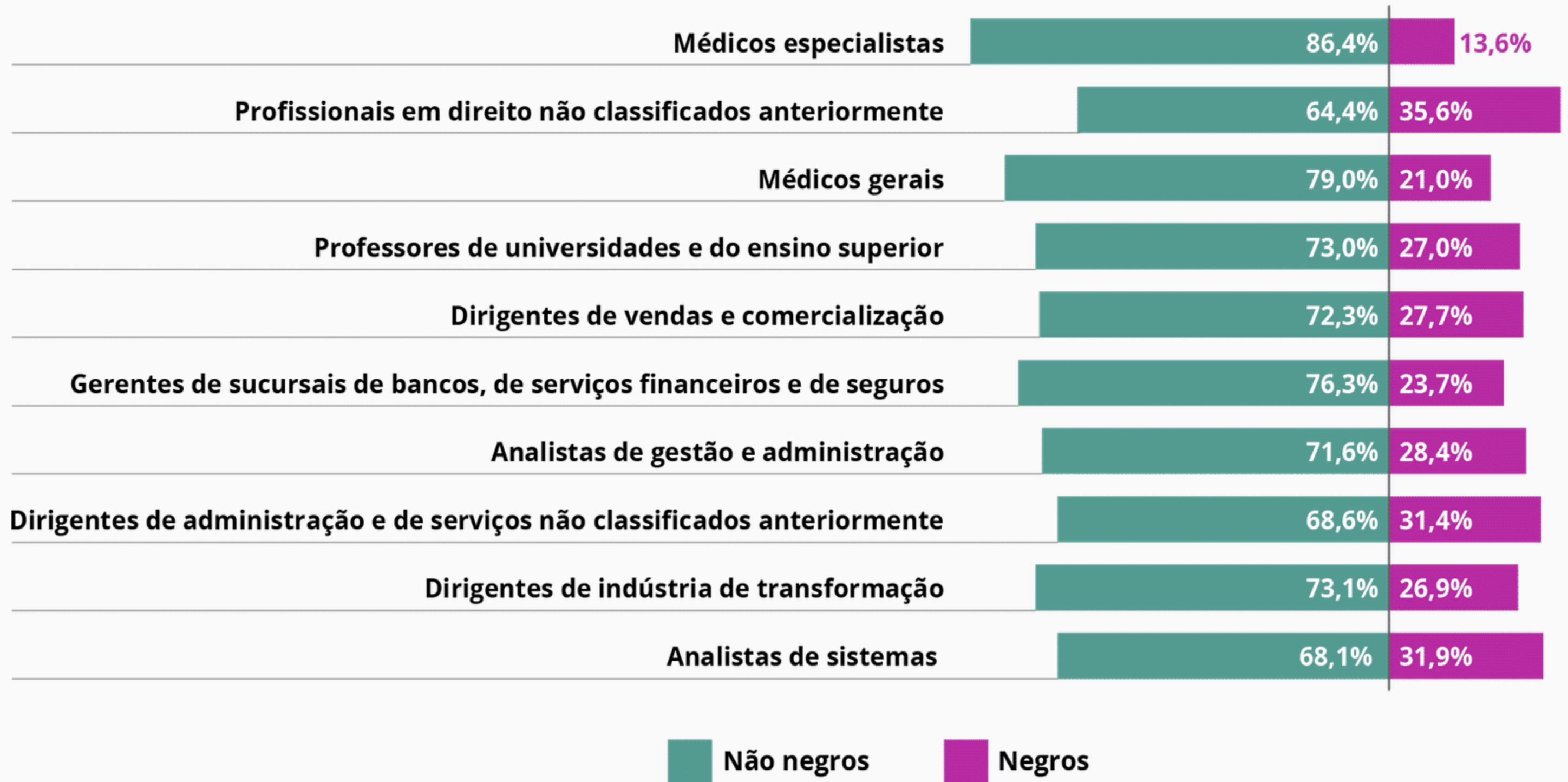
DESIGUALDADES DE RAÇA E GÊNERO NO QUESITO DE RENDA



DESIGUALDADES DE RAÇA E GÊNERO EM RELAÇÃO AOS SETORES DE OCUPAÇÃO

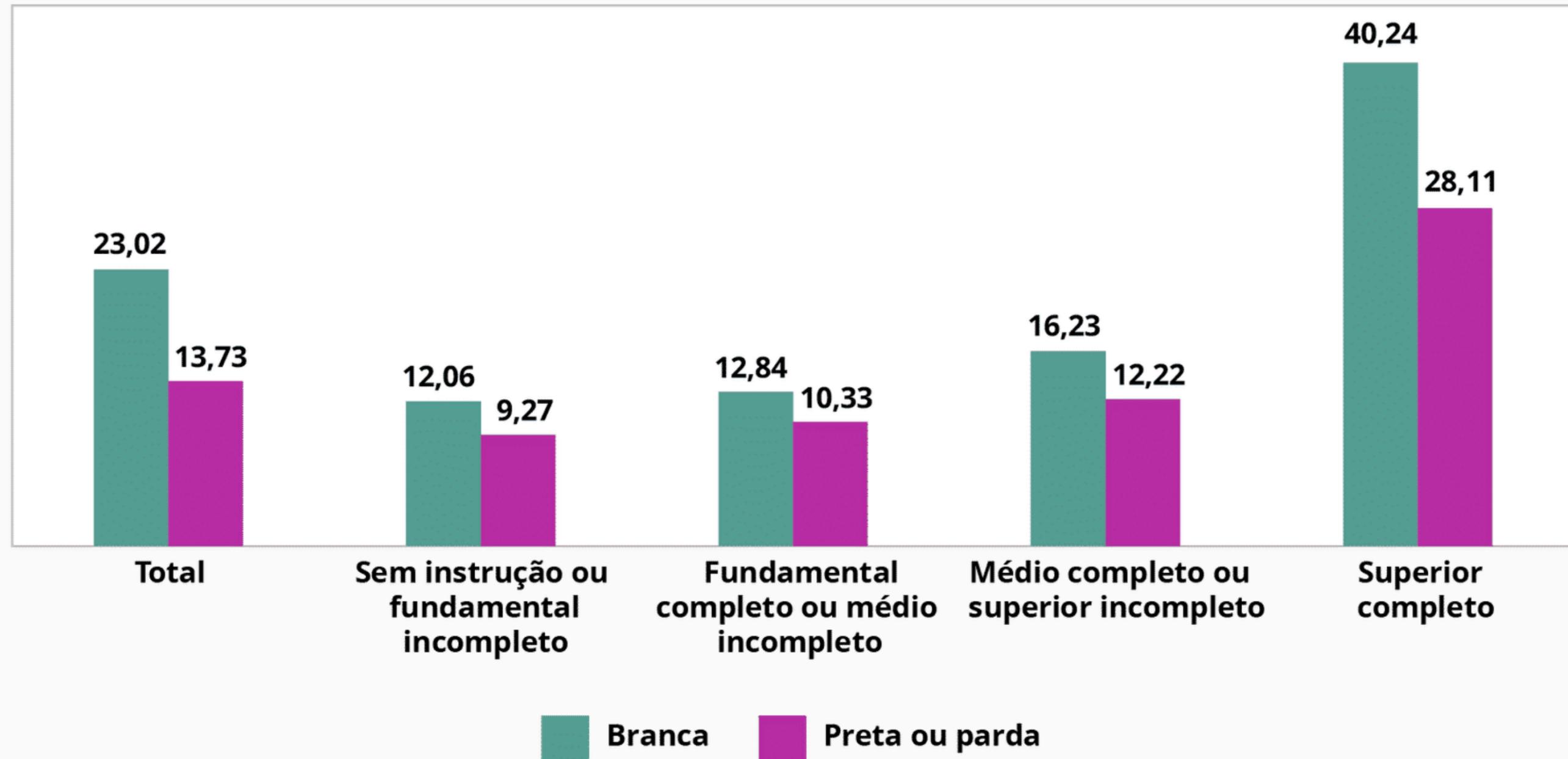


OCUPAÇÕES COM MENOR RENDIMENTOS NO MESMO PERÍODO E A SÚPER REPRESENTAÇÃO DA POPULAÇÃO NEGRA

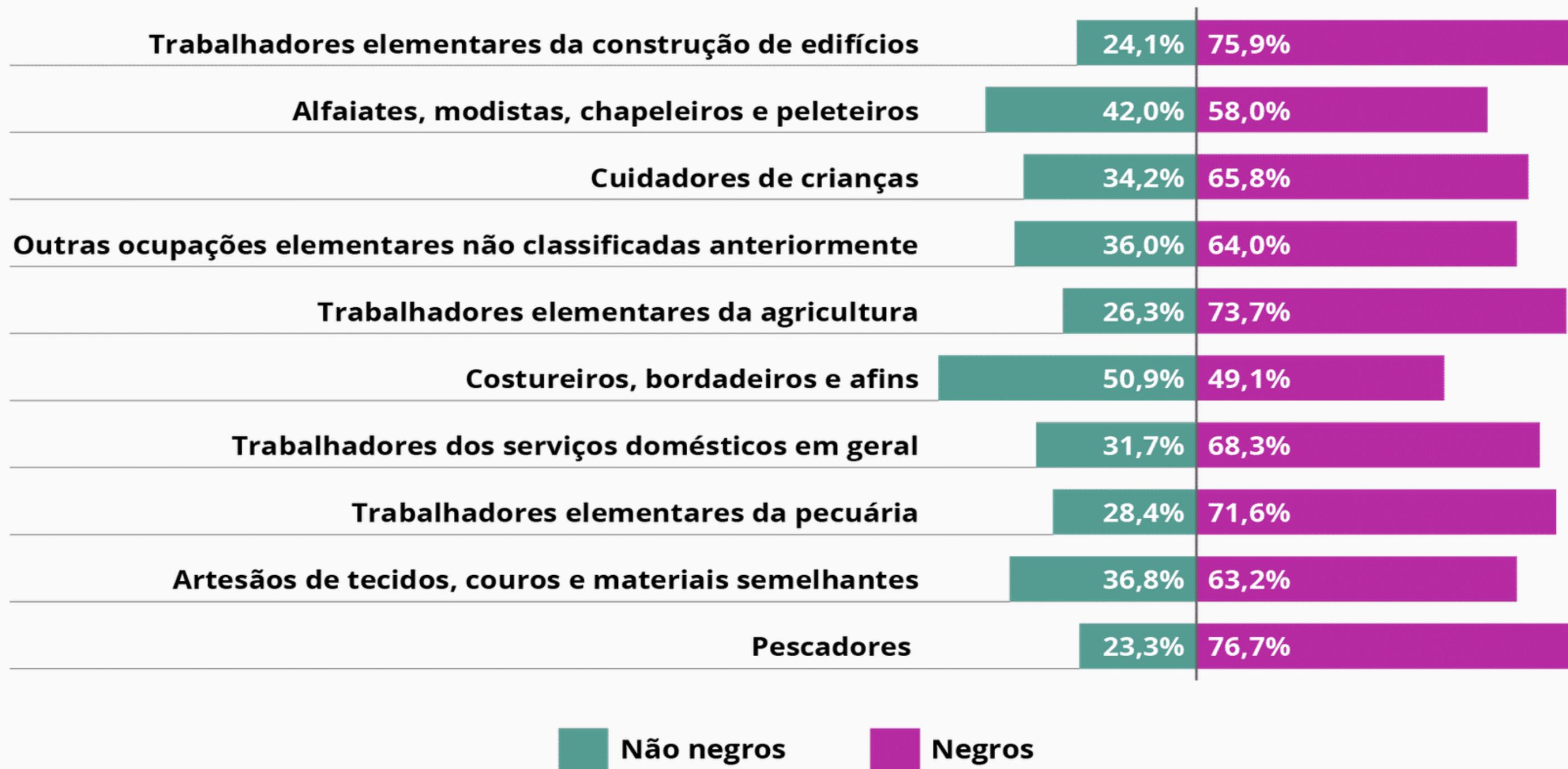


COMPARAÇÃO DO RENDIMENTO-HORA MÉDIO ENTRE A POPULAÇÃO NEGRA E BRANCA, DE ACORDO COM O NÍVEL DA ESCOLARIDADE

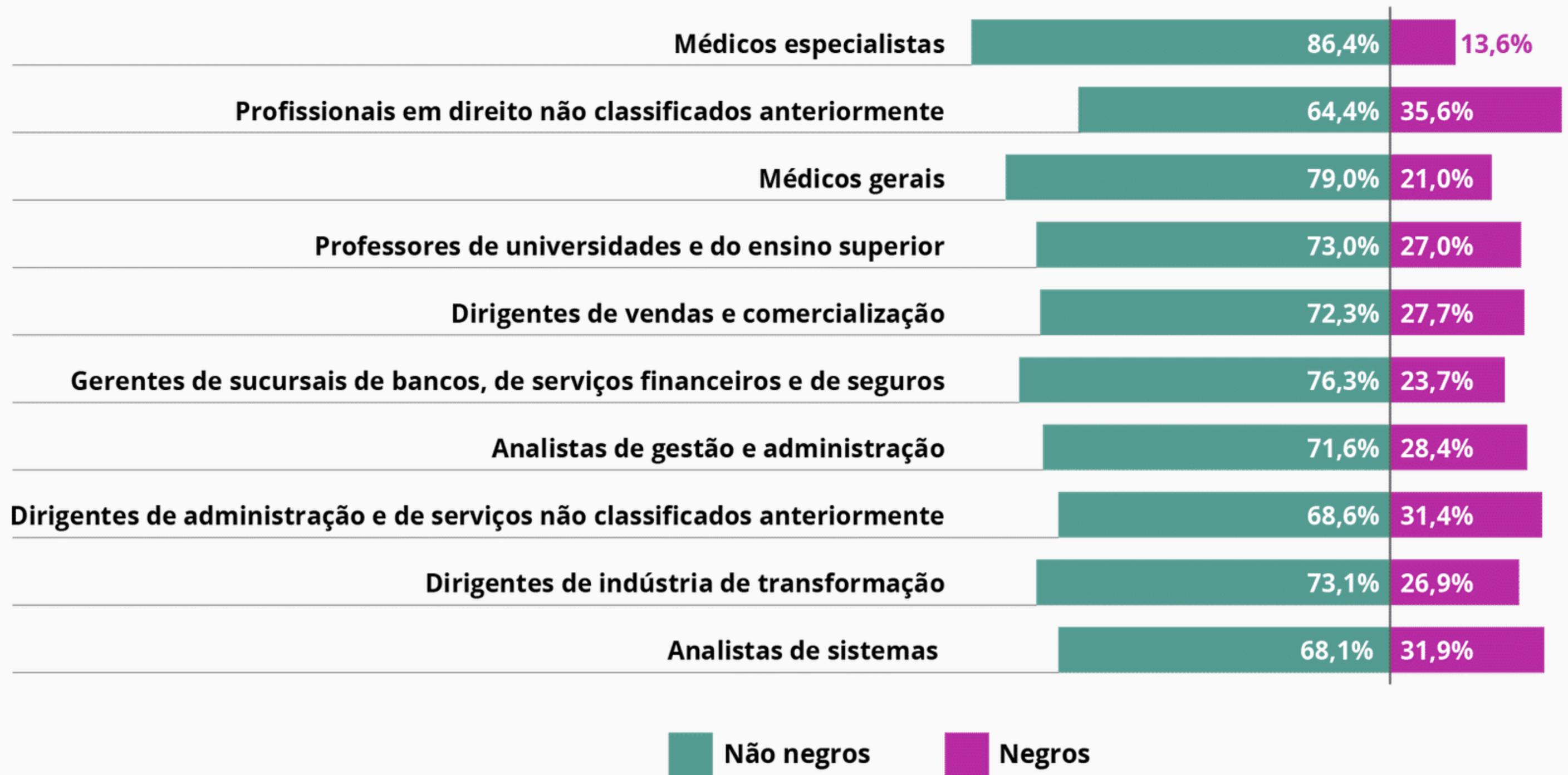
R\$/hora



PROPORÇÃO DE NEGROS E BRANCOS NAS 10 POSIÇÕES COM OS MAIORES RENDIMENTOS NO BRASIL, 2º SEMESTRE DE 2024

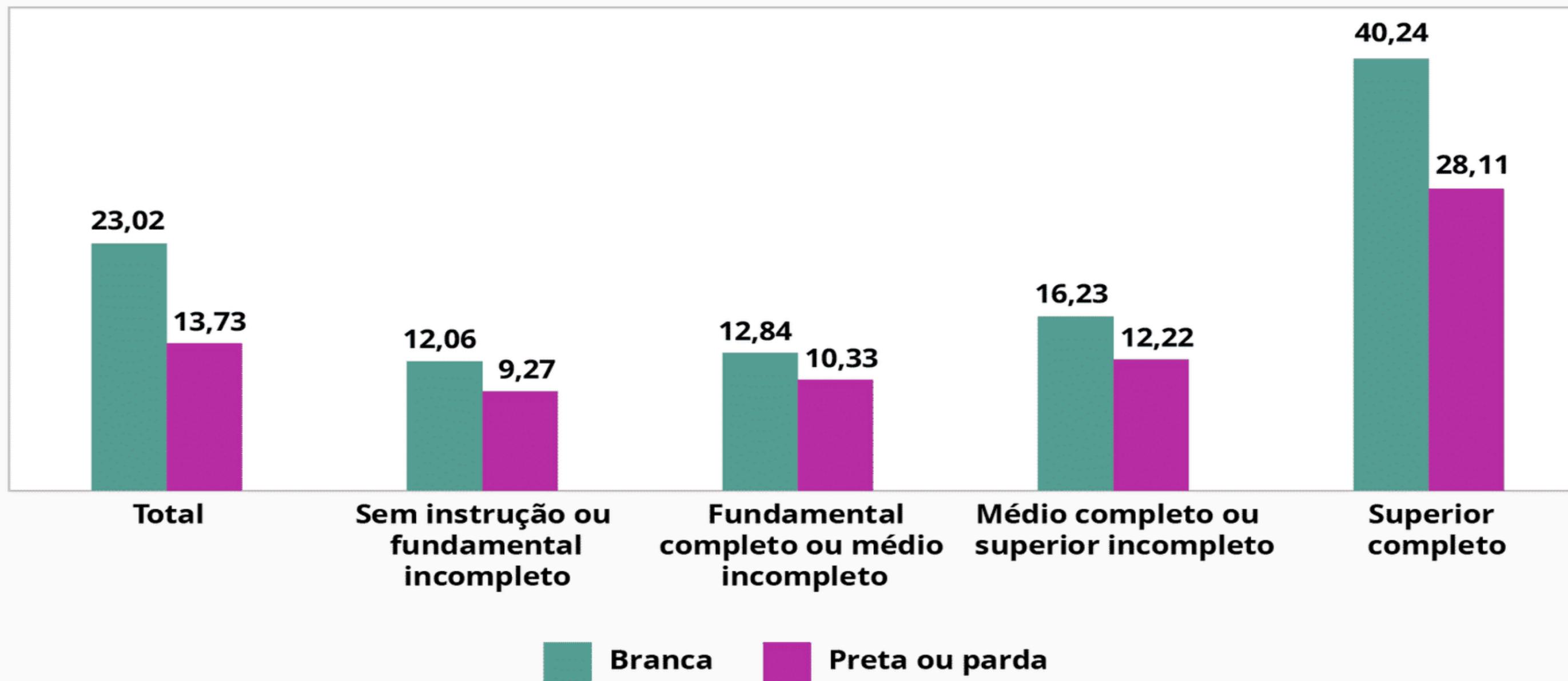


OCUPAÇÕES COM MENORES RENDIMENTOS NO MESMO PERÍODO



COMPARAÇÃO DO RENDIMENTO-HORA MÉDIO ENTRE OS NEGROS E BRANCOS, DE ACORDO COM O NÍVEL DE ESCOLARIDADE

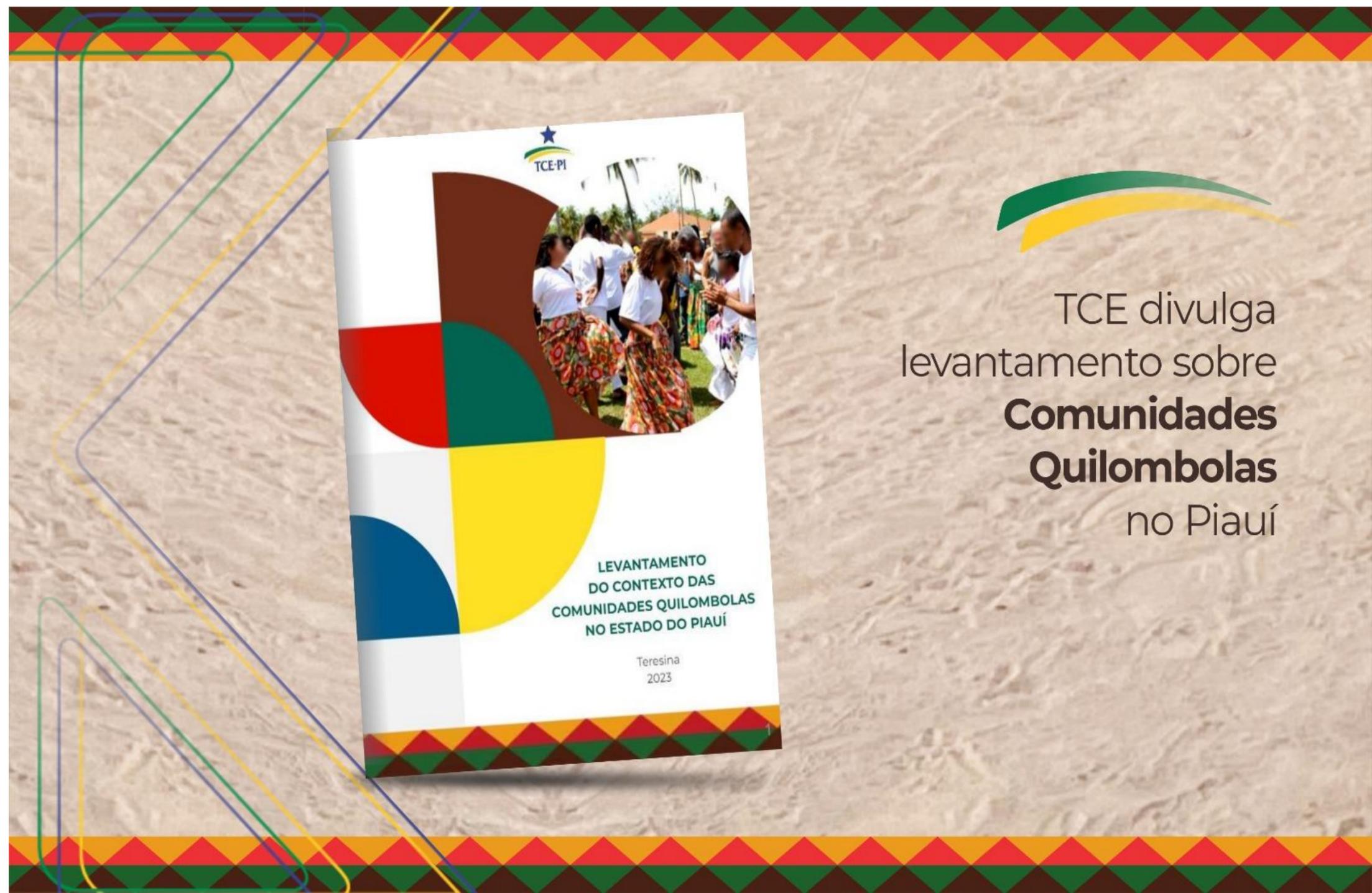
R\$/hora



O QUE O TCE-PI TEM FEITO SOBRE ISSO?

- Relatório 2023
- Comitê de Equidade Racial do TCE-PI

Registrado no [Processo TC nº 009770/2023](#), de relatoria da conselheira Lilian Martins.



TCE divulga levantamento sobre **Comunidades Quilombolas** no Piauí

Dados Censo 2022 – IBGE):

Brasil: 1.327.802 pessoas quilombolas.

Piauí: 31.686 quilombolas (0,97% da população estadual).

Residência em territórios: apenas 8.411 vivem em territórios quilombolas oficialmente delimitados.

Territórios no Piauí: 14 territórios oficialmente reconhecidos.

População dos territórios quilombolas oficialmente delimitados no Piauí em 2022

Classificação	Território Quilombola por Unidade da Federação	População (hab.)
1	Lagoas (PI)	5.042
2	Riacho dos Negros (PI)	668
3	Fazenda Nova (PI)	531
4	Sítio Velho (PI)	526
5	Morrinhos (PI)	370
6	Volta do Campo Grande (PI)	276
7	Vila São João / Cavalos (PI)	235
8	Mimbó (PI)	177
9	Macacos (PI)	172
10	Contente (PI)	147
11	Sumidouro (PI)	109
12	Tapuio (PI)	76
13	Olho D'água dos Pires (PI)	55
14	Sabonete (PI)	27

Desafios

- Grande parte das comunidades **não conclui a titulação de terras** pelo INCRA.
- Falta de título definitivo **dificulta a preservação da identidade**, da cultura e da ancestralidade quilombola.

Metodologia utilizada:

Consulta à legislação

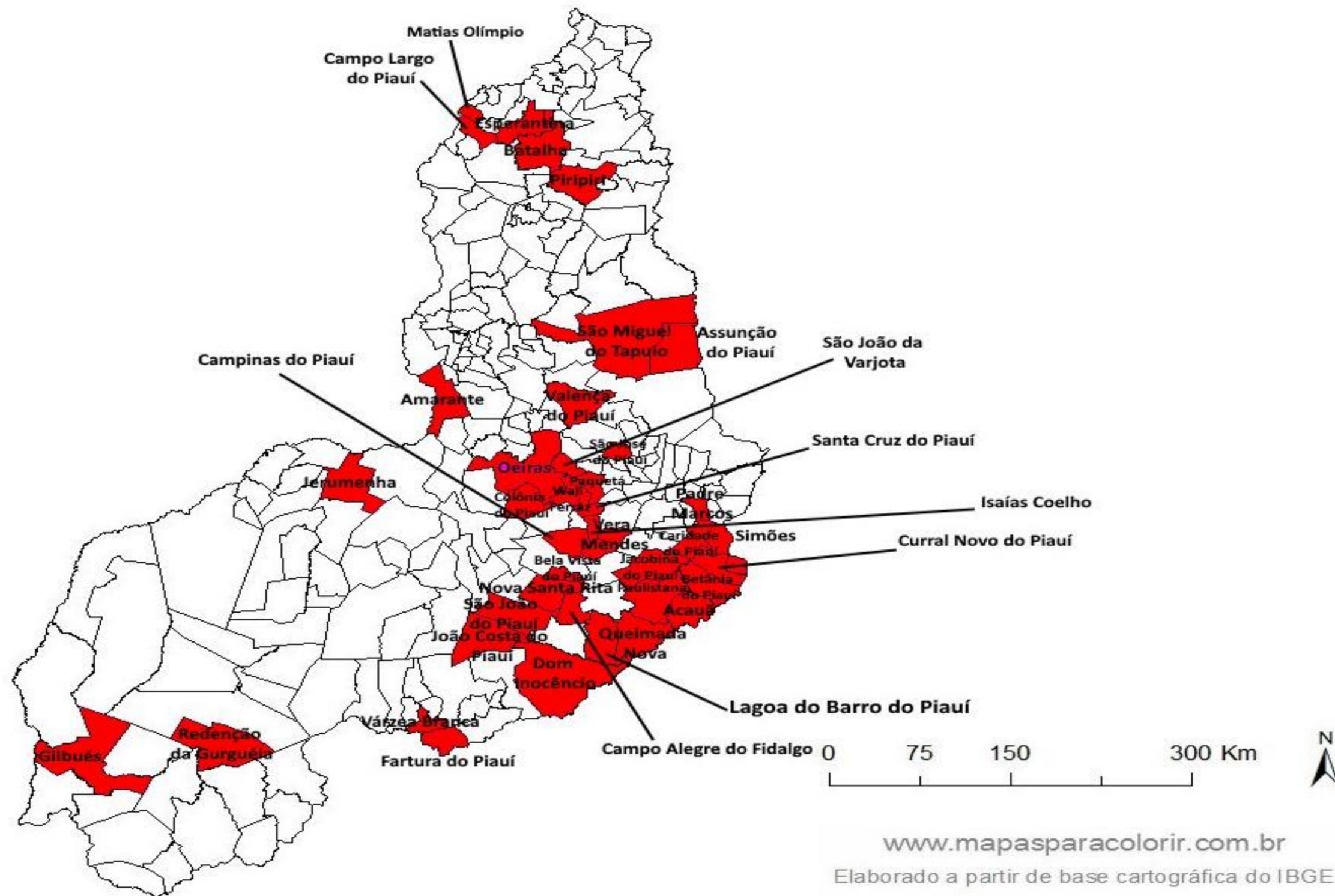
Reuniões com líderes quilombolas

Levantamento de número e distribuição das comunidades

Visitas, entrevistas e aplicação de questionários.



Comunidades quilombolas presentes em quase todas as mesorregiões do Piauí.
Maior concentração localizada na região sudeste do estado.



Desafios:

Ausência de políticas específicas: Não há políticas públicas contextualizadas para a população quilombola do Piauí.

Despreparo dos formuladores: Falta de consideração das diversidades sociais, regionais e identitárias cria barreiras ideológicas.

Recursos insuficientes: Não há destinação direta de verbas estaduais ou municipais; serviços básicos precários.

Saúde: Apenas 28 comunidades contam com posto de saúde.

Educação: Escolas com infraestrutura deficiente e problemas na alimentação escolar, gerando alerta para fiscalização futura. Incumprimento da lei 10.639/03 e 11.645/08.

Visitas de validação: Em 04 e 05/09, a equipe junto com a conselheira Lilian Martins visitaram núcleos em Fartura, São Lourenço e São Raimundo Nonato (Angical, Xique-Xique e Lagoa das Emas) para confirmar os achados da auditoria.

COMO ESTÁ O MUNICÍPIO BAIXA GRANDE DO RIBEIRO?

Distribuição por cor e raça (Censo, 2022):

COR/RAÇA	% TOTAL
Parda	71,6
Preta	7,7
Indígena	1,9
Branca	18,7
Amarela	0,5



Reflexão!

- 1. O que falta para que @ negr@ e indígen@ no Brasil seja realmente valorizado e considerado como parte integrante desta sociedade?**
- 2. A partir dessa reflexão, o que cada um/a de nós tem feito para a inversão do quadro social, econômico, político e cultural relacionado à questão racial?**
- 3. E você agente público?**

Fulani:

Djarama bui!

ou

Onweltanama
bui!

REFERENCIAS

ALTUNA, Raul Ruiz de Asúa. **Cultura Tradicional Bantu**. Luanda: Editora Âncora, 1975.

ARAÚJO, Johny Santana. **Bravos do Piauí! Orgulhai-vos: A propaganda nos jornais piauienses e a mobilização para a guerra do Paraguai 1865-1866**. Teresina: 2 ed. Edufpi. 2015

BRANDÃO, Tanya Maria Pires. **A elite colonial piauiense: Família e poder**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995.

CASTELO, Cláudia. **“Novos Brasis” em África: Desenvolvimento e colonialismo português tardio**. Varia história, Belo Horizonte, vol. 30, nº 53, p.507-532, mai/ago. 2014.

COUNTRYMETERS. **África**. Disponível em <https://countrymeters.info/pt/Africa>. Acesso em 02 de março de 2025.

DAMASCENO, Wagner Miquéias. **Racismo, Escravidão e Capitalismo no Brasil**. São Paulo: Ed. Mireveja, 2022.

FAGUNDES, Gustavo Gonçalves. **Superexploração e racismo do Brasil: Diálogos e questões**. Curitiba: Ed. Appris, 2022.

FONSECA, Dagoberto (Org.). **As mentiras do Ocidente**. São Paulo: Ed. Selo Negro, 2022.

GONÇALVES, Renata. **Quando a questão racial é o nó da questão social**. Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 514-522, set./dez. 2018.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Brasil 500 anos, 2025**. Disponível em <https://brasil500anos.ibge.gov.br/territorio-brasileiro-e-povoamento/historia-indigena/a-origem-dos-indios.html>. Acesso em 09 de março de 2024.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Agência IBGE Notícias**. Editoria: IBGE | Vinícius Britto | Arte: Helena Pontes. **Censo 2022: Brasil possui 8.441 localidades quilombolas, 24% delas no Maranhão, 19/07/2024**.

KEITA, Boubacar. **História da África Negra**. Luanda: Ed. Texto Editores, 2009.

KUNZIKA, Emanuel. **A formação da nação angolana através da luta de libertação**. Luanda: Ed. Plátano, 2015.

KOBAYASHI, Kazuo. **Tecendo redes imperiais: uma dimensão asiática do comércio britânico de escravos no Atlântico no século XVIII**. Afro-Ásia, n. 63, pp. 11-39, 2021.